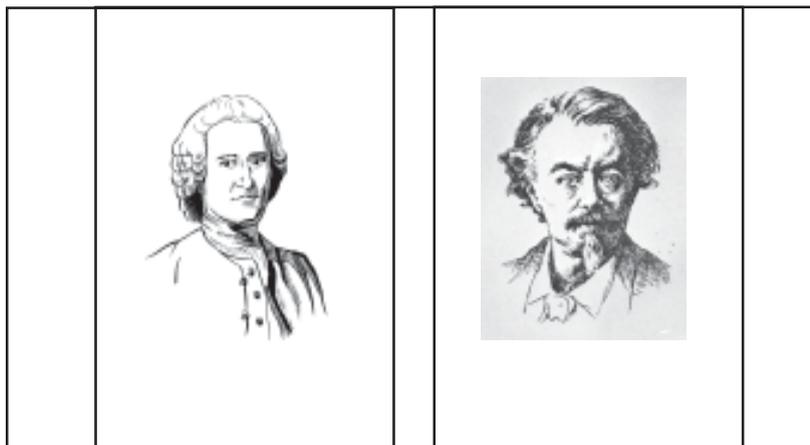


O PAPEL DAS BELAS ARTES EM UMA PEDAGOGIA CÍVICA:
POSSÍVEIS DIÁLOGOS ENTRE COMTE E ROUSSEAU

Elisabete Leal



RESUMO: O texto traça um paralelo entre as idéias de Rousseau e Comte acerca de uma religião civil e como ambos estimularam uma pedagogia cívica voltada a celebrar o passado e os grandes homens. Tal pedagogia estimulou a produção de imagens e sua utilização em atividades coletivas francesas. Comte radicalizou suas idéias acerca da produção artística ao propor abolir as escolas de belas artes e atribuir às obras de arte o papel de conter as idéias utópicas do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Auguste Comte; Jean-Jacques Rousseau; Positivismo; Pedagogia cívica.

ABSTRACT: The text traces a parallel between the ideas of Rousseau and Comte regarding civil religion and the way in which both of them stimulated a civic pedagogy oriented toward celebration of the past and great men. This pedagogy stimulated the production of images and their use in French collective activities. Comte radicalized his ideas about artistic production when he proposed abolishing schools of fine arts and attributed to works of art the role of containing the utopian ideas of the 19th century.

KEYWORDS: Auguste Comte; Jean-Jacques Rousseau; Positivism; Civic pedagogy.

1. AMBIENTE CULTURAL CÍVICO

A crescente laicização a partir da Revolução Francesa e o desenvolvimento do culto aos grandes homens, no lugar dos ritos católicos e reais, tiveram por apoio as obras de arte. Esse movimento demonstra uma profunda crise nos princípios religiosos cristãos, na associação unívoca entre o poder espiritual e o político e na proposição de soluções religiosas alternativas ao cristianismo. Incrementavam-se religiões laicas e cívicas, voltadas ao culto da Humanidade, do Grande Ser, da Razão, da Ciência, que estimulavam os sentimentos de coletividade, de sociabilidade civil, de fraternidade entre os povos e de regeneração social e moral.

Deter-nos-emos na proposição religiosa de Jean-Jacques Rousseau e Auguste Comte, que influenciaram práticas cívicas francesas. A primeira diferença a ser estabelecida é sobre a fé. Na leitura do capítulo VIII – Da Religião Cívica de *O Contrato Social*, percebe-se que Rousseau não renega a crença em uma divindade natural ou em um Deus supremo. Ao contrário, em sua narrativa histórica problematizando a questão entre o poder de Deus e o Poder dos Governos, percebe-se a admiração, quase devota, ao que ele chama de “religião pura e simples do Evangelho, o verdadeiro teísmo” (ROUSSEAU, 1973, p. 146). Comte também dedicou grande parte de sua obra à discussão da separação dos poderes espiritual e temporal. Por outro lado, declarou-se ateu desde adolescente, sustentando a idéia metafísica, para ele, de Deus, porém não deixou de ter admiração pela obra religiosa católica, mas apenas no aspecto de sua contribuição à cultura ocidental. Ele fundou uma religião científica, sem Deus, voltada para o culto da Humanidade.

Ambos propuseram sistemas de regeneração social e moral e destacaram a religião como fundamental no empreendimento. Rousseau apresentou um contrato que questionava a ordem social e hierárquica estabelecida, conclamava os indivíduos a participarem deste contrato e a realizarem um “governo da vontade geral” e da não-submissão (BENOIT, 1999, p. 377-384). A eficácia do pacto social seria medida, para ele, pelo êxito da adesão voluntária dos cidadãos à Religião Civil.

Rousseau caracterizou dois tipos de religiões: a do homem, cujo culto é particular e individual, mas que irmanava por uma lei divina todos os filhos de Deus. Ela não possuía nenhuma ligação com o *corpo político*, ao contrário, desprende os indivíduos das coisas terrenas. A outra é a religião do cidadão, circunscrita a um país, devotada aos padroeiros da nação e regulada por uma lei ou dogmas fixados pelo soberano, desde que esse esteja legitimado pelo pacto social. Essa religião buscava, para Rousseau, unir o culto divino às leis terrenas, “fazendo da pátria objeto da adoração dos cidadãos” (ROUSSEAU, 1973, p. 146), servindo ao Estado e a Deus. O sentimento de irmandade na pátria comum complementa os sentimentos individuais da primeira religião. A Religião Civil “consagra o modelo de uma sociedade reconciliada consigo mesma, onde o homem religioso virá confundir-se com o cidadão, a celebração da divindade com a cidadania” (GIRARDET, 1987, p. 147).

Comte, anos mais adiante, propôs um contrato positivista, baseou-se no argumento das desigualdades naturais entre os homens e defendeu a manutenção da hierarquia social. Entendia que a ordem social composta por superiores e inferiores, os que comandam e os que se submetem, deveria ser mantida no pacto positivista. Comte acreditava que vivia em plena anarquia social, pois em tempos pós-revolução a vida pública e privada se desorganizara,

insurgindo-se os pobres contra os ricos, o povo contra os governos, os jovens contra os velhos, os filhos contra os pais, a infância contra as mães, ou seja, uma sociedade de revoltados, egoístas e sem governo. Para Comte, era urgente a regeneração dos costumes, o que se faria por meio da religião, porque sem a crença em um ser supremo (a Humanidade), os indivíduos não aceitariam qualquer adversidade oriunda do viver coletivo. Equivalendo à religião de Rousseau, cultivar a Humanidade representava, para Comte, aderir ao pacto positivo e, por consequência, aceitar as diferenças naturais irrevogáveis.



A Religião da Humanidade proposta por Comte era composta por um culto privado ou doméstico e um culto público ou coletivo, destinado a celebrar a Humanidade e seu passado histórico. Ao propor uma unidade social tendo por base o passado, a religião positiva “visa constituir uma sociedade civil mundial regulada de maneira ética (e não jurídica) pelos sentimentos compartilhados por todos, por um novo estado dos costumes, um conjunto de crenças refletidas, no limite do que designamos usualmente por religião, moral, política” (GRANGE, 1996, p. 397). Como tal religião está baseada no passado dos indivíduos, das comunidades, da nação, as formas de lembrar são fundamentais, seja

mental ou materialmente. As comemorações em atividades públicas cívicas ou culturais, exaltando os grandes homens que contribuíram positivamente para a história da Humanidade, ou a construção de prédios públicos destinados a desenvolver a cultura, a confecção de monumentos, estátuas, bustos, fazem parte das estratégias de ação religiosa. Em suma, a vida social, que estimula a lembrança do passado e as diferentes formas de celebrá-lo, é o próprio culto da Humanidade.

Em comum, tem-se que tanto a Religião Cívica quanto a Religião da Humanidade são um misto de culto privado, íntimo e pessoal e culto público, cívico e coletivo. Em ambas, se faz presente a exaltação da sociabilidade cívica, impulsionada mais pelos sentimentos do que pela razão. Utilizando mecanismos de sensibilização do cidadão, levando-o a um fervor coletivo, a uma emoção cívica, estas religiões procuram resolver, em parte, o paradoxo entre política e religião. As obras de arte empregadas em celebrações públicas, festas e procissões, as comemorações aos grandes homens ou eventos históricos, a construção de um panteon cívico para a nação fazem parte de algumas estratégias de ação religiosa com fins políticos ou, nas palavras de Girardet, “de uma teologia moral do político” (GIRARDET, 1987, p. 155).

A historiografia já apontou que as festas revolucionárias francesas foram experiências mais próximas da proposição de Rousseau; o Panthéon de la Nation em Paris, onde suas cinzas foram depositadas em 1794, também. Ao analisar as demonstrações públicas de fé republicana (festas, oratória, gestos, poesia, música), Simon Shama entende que eram carregadas de uma *teatralidade emocional*, eram um *circo revolucionário*, onde todos eram iguais atores, visando criar uma identidade fraterna entre os cidadãos. Para ele, isso correspondia a uma religião da fraternidade, uma espécie de “universalismo cristão rousseauniano” (SHAMA,

2000, p. 389). Para Raoul Girardet a festa revolucionária foi a realidade historicamente viva das idéias de Rousseau. Citando Mona Ozouf, Girardet destaca que ela expressava uma vontade pedagógica, por seu caráter repetitivo, disciplinar e propagandístico dos ideais republicanos; expressava também a vontade do indivíduo de pertencer a uma coletividade, de estar em uma reunião fraterna (GIRARDET, 1987, p. 149).

Este estímulo a uma religiosidade civil, que teve por inspiradores Rousseau e Comte, mas também Saint-Simon e Voltaire, deu base às atividades que homenageavam os grande homens. Maurice Agulhon ao analisar a estatuamania francesa informa que os homens distintos por suas ações à coletividade humana é que passaram, no século XIX, a ser objetos de homenagens. Seus méritos, em todas as áreas do conhecimento, mereciam ser lembrados e agradecidos por todos por meio de monumentos. A heroicização de homens comuns – nem reis, nem santos – demonstrava o ideal liberal e laico que imperava nos oitocentos (AGULHON, s./d., p. 143) O ideal belo, estatificado em praças públicas, se materializava como exemplo do bem que o homem poderia fazer à humanidade, sendo, portanto, modelo de virtudes.

O “novo” culto requeria novas liturgias em que o cidadão era agente. Os monumentos eram, assim, suporte para uma pedagogia cívica e para a experimentação do político. Sua confecção implicava a mobilização e às vezes, a disputa de grupos civis ou poder público na realização da subscrição. Do ponto de vista artístico, seu conteúdo mobilizava discussões entre encomendantes e artista sobre a melhor representação do homenageado. As inaugurações tornavam-se a festa política em que o cidadão era espectador e ator. A arte, com isso, servia como mediadora entre a política e a religião.

2. EDUCAÇÃO GERAL E ESTÉTICA

Para Comte, o problema da arte no século XIX estava na inversão dada ao seu papel social. Segundo ele, a arte tem a função de embelezar a vida humana, nunca corrigi-la. Ela não tem função prática e a ela não cabe agir sobre a realidade, esse é o reino da política. À arte cabe apenas imaginar, idealizar as necessárias melhorias sociais, porém sem realizá-las. Sua crítica recaía, assim, no poder de ação, para ele exagerado e perigoso, dado ao domínio das artes. Analisando sua época, entendeu que os órgãos artísticos adquiriram influência crescente a ponto de lhe conferirem supremacia política, ou seja, capacidade de agir e não de inspirar.

Outro problema que preocupava Comte era o poder que a arte tinha de estimular as imaginações coletivas. Atento então, estabeleceu um claro papel às artes no projeto positivista de reconstrução social: construir tipos (exemplos morais); conter as utopias, redirecionando-as; e avivar o passado, tornando familiar a ligação com o futuro.

Então a arte se eleva para sua missão característica, a construção dos tipos os mais animados, cuja contemplação usual pode aperfeiçoar tanto nossos sentimentos e mesmo nossos pensamentos. O exagero dessas imagens é uma condição necessária, visto que elas devem ultrapassar a realidade a fim de nos impelir a melhorá-la. Já muito eficazes para a vida privada, essas emoções artificiais tornam-se muito mais poderosas para com a vida pública, seja segundo a importância superior de seus objetos, seja pela excitação mútua proveniente do concurso das impressões pessoais (COMTE, 1912, p. 283).

A fórmula apresentada por Comte é esta: elenco de tipos ideais + produção, com exageros, de suas imagens + sua contemplação = emoções. A canalização das emoções para os tipos ideais preestabelecidos sistematiza, ordena e regulariza as utopias, subordinando-as à realidade, como o passado indica para o futuro. O que garante a identificação com esses tipos ideais é a História, pessoal e coletiva.

O estímulo exagerado ao reino da imaginação, para ele mais corruptível que o da razão, poderia perturbar a existência privada com uma exaltação artificial e mentirosa, restrita aos estímulos sensuais, alterando a vida pública e provocando uma completa indiferença social. Comte ressalta ainda mais um grande perigo social: as livres utopias. O poder da arte estava na capacidade de regular a imaginação (utopia) individual e coletiva. É o que ele chama de “idealidade estética” (COMTE, 1912, p. 285). Esta deve ser estendida aos fenômenos sociais e convenientemente sistematizada, ordenada, para poder regularizar as utopias, subordinando-as à ordem real, como o passado indica para o futuro. Com isso, Comte esclarece que o positivismo não repudiava as utopias, mas incorporava-as ao regime, facilitando seu surto e influência, desde que subordinadas ao conjunto das leis reais.

É neste movimento que se pode entender o estímulo aos tipos ideais, propostos no Calendário Positivista e glorificados nas produções artísticas. A crítica comtiana sobre o estado e a função da arte em seu tempo estava na base da proposta de ensino artístico. Para ele, as artes estavam corrompidas pelo excessivo privilégio da técnica em detrimento da moral e do conhecimento especialista sobre o geral. Como a estética comtiana visava ser popular, executada por todos, a educação devia propiciar conhecimentos para a expressão artística.

Com isso, deve-se primeiro perguntar: quem são os executores de obras de arte? Quem são os artistas na estética positivista? Comte estabeleceu que a regeneração social empreendida pelo positivismo deveria ter a cooperação das mulheres, dos filósofos e dos proletários e todos estariam habilitados a desenvolver as aptidões estéticas, principalmente a poesia. As mulheres cabiam as composições poéticas e musicais menos difíceis (ficam fora os poemas épicos e dramáticos, por idealizarem a vida pública, fora da alçada feminina). Elas nunca deviam se dedicar às artes da forma, por exigirem muita habilidade técnica, lento aprendizado e aplicação intensa.



As obras épicas e dramáticas deviam ser criadas pelos filósofos, que, ao se tornarem os poetas, abandonariam momentaneamente as funções filosóficas. Comte não via contradições nessa dupla atividade; ela não podia ser simultânea. Ele explica: tanto o poeta quanto o filósofo empregam o regime analítico para suas elaborações, pois a “invenção que seja abstrata ou concreta, que se aplique em apanhar a realidade ou a idealizá-la, é sempre no fundo, a mesma função cerebral, com destinos diferentes” (COMTE, 1912, p. 310). Nas artes da forma, era difícil, por sua especialidade técnica, que os filósofos criassem obras, mas alguns artistas escolhidos poderiam se tornar membros acessórios do poder espiritual.

Quanto aos proletários, a aptidão estética deveria ser menos pronunciada “pois seu destino ativo o afasta mais da existência especulativa que essas criações supõem” (COMTE, 1912, p. 313). As criações que necessitassem de energia e despreocupação eram as mais convenientes a eles. Além dessa participação especial de alguns proletários, o povo também tomaria parte fundamental na evolução estética, por meio da linguagem.

A organização final da arte pelo regime positivo empreenderia uma educação geral cultivando o gosto por todos os modos de idealização e extensiva a todos. Na divisão do trabalho poético; os filósofos exerceriam atividades junto à vida pública; as mulheres e proletários ficariam com as composições privadas e pessoais, conforme exijam ternura ou energia. Essa harmoniosa cooperação em prol do destino estético faria com que os exercícios de idealização tendam para o destino afetivo. “Perdendo uma especialidade que adultera seu encanto natural, a arte não oferecerá mais os perigos morais aos quais se expõe toda vida votada exclusivamente à expressão” (COMTE, 1912, p. 314).

A disposição do positivismo em favor da afetividade foi potencializada nesta “nova educação”, que seria mais estética que científica. “A instrução positivista familiarizará, desde a infância, o mais subalterno proletário de cada sexo com todas as belezas da verdadeira poesia, não somente nacional, mas também ocidental. O surto estético não pode ser sinceramente eficaz senão aplicando-se primeiro às produções que retratam nosso próprio modo de sociabilidade” (COMTE, 1912, p. 302). A educação do jovem positivista se iniciaria com a poesia e depois passaria às artes especiais, pois, pelos tons e pelas formas, poderia exprimir com mais energia suas criações. A contemplação e a meditação estética eram a base e preparação para os estudos científicos. As instituições educacionais também deveriam reformar-se, fugindo de uma especialização viciosa, critica Comte. Todas as verdadeiras vocações estéticas devem ser estimuladas na educação geral aos proletários e às outras classes. A educação deve ser geral e não especialista e técnica, pois só assim atingiria o espírito e o coração, necessários para produzir arte para os sentimentos.



A notória impotência de nossas escolas públicas destinadas a formar músicos ou pintores dispensa, a este respeito, toda explicação. Além de seus graves perigos morais, essas instituições só podem contrariar toda verdadeira vocação estética. [...] Tornando a educação geral profundamente estética, o positivismo suprirá, pois, toda educação especial contrária ao verdadeiro surto da arte e própria somente a fazer prevalecer a mediocridade (COMTE, 1912, p. 307).

Comte critica, assim, tanto a escola regular quanto a artística. A primeira por não dar atenção devida ao desenvolvimento estético, a segunda por ignorar o conhecimento geral. A saída, para ele, era unir ambas. A ousadia estava na proposta de supressão da escola especialista: das Academias de Belas Artes. Se a arte positivista — Comte usa essa expressão — deve ser criação de todos, não importando a qualidade técnica, pois a idealização é mais importante que a expressão, qual a necessidade das Academias? Sem abrir mão completamente das variadas formas de expressão artística, apenas estendendo-as a todos, Comte entendeu que a criação artística era um exercício moral útil, pois estimulava os sentimentos. Se as representações fossem idealizadas, não apenas a reprodução fiel do real, então a aptidão da arte seria mais completa. Com isso, mais importante que o produto final, a obra de arte, e inclusive sua execução, era a sua idealização. Deslocando a razão da produção de arte — o produto artístico — para a intenção de produzi-la, Comte estende a educação geral e estética a todos.

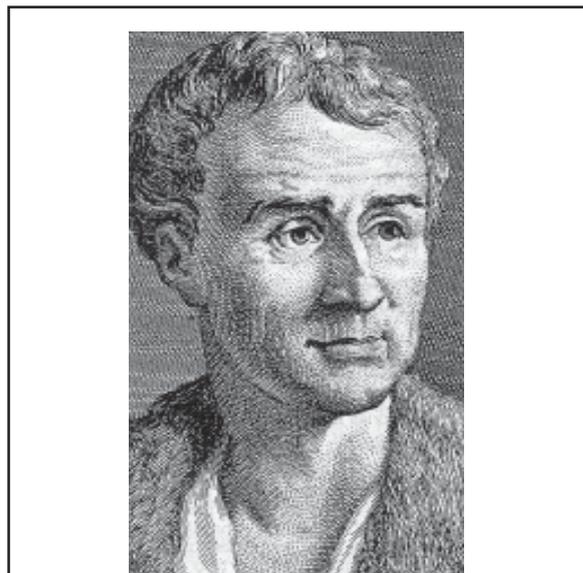
T & M

Texto recebido em março de 2006.

Aprovado para publicação em junho de 2006.

3. SOBRE A AUTORA

Elisabete Leal é Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vice-presidente da Associação Nacional de História (ANPUH – Seção Rio Grande do Sul - Gestão 2006-2008). Endereço eletrônico: elisabeteleal@uol.com.br.



4. REFERÊNCIAS

- AGULHON, Maurice. **Histoire Vagabonde I - Ethnologie et politique dans la France contemporaine**. Paris: Gallimard, s/d.
- BENOIT, Lelita Oliveira. "Igreja Positivista e Contrato Social". In: —. **Sociologia Comtiana: gênese e devir**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- COMTE, Auguste. "Aptitude esthetique du Positivisme". In: —. **Système de Politique Positive**. Tomo I. Paris: Librairie Positiviste, 1912.
- . **Catecismo positivista**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).
- GIRARDET, Raoul. "Da religião civil ao poder espiritual". In: **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRANGE, Juliette. "La religion positive". In: —. **La Philosophie d'Auguste Comte: science, politique, religion**. Paris: PUF, 1996.
- . "Rôle social de l'arte e art social". In: —. **Auguste Comte - la politique et la science**. Paris: Odile Jacob, 2000.
- LEAL, Elisabete. **Filósofos em tintas e bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- . "O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista". (Dossiê: Cultura e Política). **História (São Paulo)** - vol. 25 - n. 2 - 2006.
- PETIT, Annie; BENSUAUDE, Bernadette. "Le féminisme militant d'un auguste phalocrate". **Revue Philosophique**. n. 3, 1976.
- ROSA, E. R. Proença. **Augusto Comte e a arte**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1957.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. "Da religião civil". In: —. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores).
- SHAMA, Simon. "Atos de Fé". In: —. **Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA TEMAS & MATIZES

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber